



## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE DEFINIÇÕES E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA LIGADAS AO AMBIENTE ESCOLAR

Camila Alves de Lira<sup>1</sup>  
Mylene Carla Almeida Tenório Ramos<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre as definições e o percurso histórico, além do processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foram realizados estudos de leis e experiências que compõem o vasto campo de pesquisa, a fim de compreender como conceitos estão sendo construídos. Para isso, considera-se a natureza desta pesquisa como sendo exploratória e bibliográfica com abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007). De modo geral, a revisão da literatura realizada possibilitou o resgate de conceitos e apontamentos para a construção de uma inclusão escolar de crianças com TEA, além de esboçar um breve panorama dos principais temas que estão sendo investigados acerca da temática, levando em conta aspectos do ambiente escolar e familiar.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inclusão. Família. Escola.

### INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é considerado um transtorno do desenvolvimento, englobando diferentes características nas quais funções comuns são afetadas qualitativamente, manifestada de maneira individualizada e capaz de influenciar o desenvolvimento humano, tendo prejuízos em áreas tais como comportamento, socialização e comunicação, que precisam ser estimuladas precocemente. Percebemos um avanço constante nos casos de diagnóstico de pessoas dentro do espectro, o que nos leva a buscar como recorte para a pesquisa, o ambiente escolar. Tendo em vista o que é garantido pela Lei 12.764 de 27/12/2012 no artigo 1º, § 2º que “*A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.*” No único parágrafo do artigo 3º da mesma lei é garantido que “*em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.*” Para que haja o compromisso da escola em cumprir o que é posto em evidência pela lei tem de haver um laudo médico para a

<sup>1</sup>Discente do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco – UPE, [camila.alves1917@gmail.com](mailto:camila.alves1917@gmail.com);

<sup>2</sup>Mestra em Educação pelo PPGE-UFAL. Professora de Educação Básica, [mylenadayvid@gmail.com](mailto:mylenadayvid@gmail.com);



comprovação de que realmente necessita que o art.3º entre em vigor na situação em particular.

Existem inúmeros trabalhos que abordam o Autismo na escola e como se desenvolve todo o processo, mas para cada um desses trabalhos já realizados existe uma contribuição que cada um deles deixou para a sociedade, como as contribuições de Ferreira (2017), Carvalho (2018), Souza (2018), Gaiato (2018) e Brites (2019). Para tanto, este artigo parte de um levantamento bibliográfico prévio para a identificação do estado da arte da temática, para construção da fundamentação teórica, de um projeto de pesquisa a ser realizado no Grupo de Pesquisa em Educação Infantil - GRUPEI, da Universidade de Pernambuco, com base em interesse próprio da autora, tendo natureza afetiva e familiar.

Dessa forma, esse trabalho é resultado do passo inicial para a produção de um pesquisa mais aprofundada sobre a temática, na qual buscou-se entender o universo no qual o Autismo está inserido, pois, apesar do contato com um caso no ambiente familiar não se possuía conhecimento específico das condições que fazem parte do cotidiano dessa criança nos diversos ambientes que compõem a sociedade. Assim, analisamos o vasto histórico de trabalhos que auxiliam nesse processo de conhecimento sobre o TEA, deixando uma contribuição nesse extenso campo onde existem muitos materiais que ajudam a consolidar uma visão sobre o transtorno e os meios que o envolvem, assim cada uma das contribuições passa a ser como dizia Arthur Schopenhauer: *“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”*

No ambiente escolar, as pessoas que estão no espectro enfrentam várias dificuldades durante seu processo de escolarização como: falta de estrutura, falta de profissionais qualificados, preconceitos, entre outros. E isso se torna um empecilho para todas as pessoas com TEA e suas famílias. Apesar das garantias já provindas de leis, vale ressaltar aqui a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015, percebemos que muitas dificuldades ainda são encontradas no desenvolvimento dessa Inclusão Escolar de maneira efetiva e real.

Assim, buscamos realizar uma revisão sistemática da literatura sobre as definições e o percurso histórico, além do processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foram realizados estudos de leis e experiências que compõem o vasto campo de pesquisa, a fim de compreender como conceitos estão sendo construídos. Para isso, considera-se a natureza desta pesquisa como sendo exploratória e bibliográfica com abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007). De modo geral, a revisão da literatura realizada possibilitou o resgate de conceitos e apontamentos para a construção de uma inclusão escolar



de crianças com TEA, além de esboçar um breve panorama dos principais temas que estão sendo investigados acerca da temática, levando em conta aspectos do ambiente escolar e familiar.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa inicial possui um propósito exploratório, no qual buscamos aprofundar a temática do TEA no ambiente escolar, as interações da família, escola e sociedade. Tendo em vista que, a revisão de literatura feita refere-se à fundamentação teórica adotada para tratar o tema e o problema do projeto de pesquisa que será realizado posteriormente, relacionando-se ao TEA, família e escola. Por meio dessa análise da literatura traçamos o quadro teórico e a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

Dessa maneira, realizamos uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, artigos e literatura cinzenta (teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios, etc.), a fim de traçar o percurso de conceitos construídos ao longo do tempo. Em relação à definição de pesquisa exploratória, Severino (2007) salienta que esta modalidade procura levantar informações e mapear as condições de manifestações sobre um determinado objeto, também sobre pesquisa bibliográfica o autor afirma ser aquela que decorre de pesquisas anteriores, através de registros disponíveis, utilizando-se de dados e categorias já estudados por outros pesquisadores (SEVERINO, 2007, p. 122 e 123).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O Transtorno do Espectro Autista - TEA inicialmente era classificado como um Transtorno Global do Desenvolvimento que representa uma categoria que engloba diferentes transtornos e apresentam funções comuns do desenvolvimento afetadas qualitativamente, compreendido também como um transtorno do desenvolvimento que deixa de ser apontado como uma psicose infantil para ser entendido como um Transtorno Global (ou Invasivo) do Desenvolvimento, capaz de influenciar o desenvolvimento humano por ser caracterizado como “um conjunto de sintomas que afeta a tríade comportamento, socialização e comunicação”, como aponta Silva (2012, p. 11).



Dessa forma, Ferrari (2007, p. 86) apresentou o Autismo como uma associação de síndromes, tais como Síndrome do X-frágil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Síndrome de West e Síndrome de Landau-Kleffner, que causam confusão e dificuldade de realização do diagnóstico, por se tratarem de síndromes com características autísticas muito aparentes. Entretanto, nos dias atuais existe apenas uma classificação para o Autismo, mas ele possui graus diferentes de funcionalidade e passou a ter o nome técnico de Transtorno do Espectro Autista, sendo as formas de lidar com cada caso específicas para cada grau de comprometimento. Essa nova classificação foi descrita no DSM-5, última publicação da Associação Americana de Psiquiatria, que uniformiza o diagnóstico em leve, moderado e grave, levando em conta que cada caso apresenta características distintas, mas que se assemelham. Para tanto, Teixeira (2019) aponta que a nova classificação

[...] uniformiza o diagnóstico, pois cada caso envolve uma miscelânea de sintomas e manifestações muito diferentes e distintos uns dos outros, mas com características básicas comuns que os tornam a mesma patologia dentro de um espectro que vai de quadros mais leves a mais graves (TEIXEIRA, 2019, p. 24).

Segundo o CDC (Centro de Controle de doenças e Prevenção de Saúde Americano) órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, indica que para cada 110 pessoas, existe um caso de TEA. Desta forma, estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possui cerca de dois milhões de autistas. Com uma população bastante considerável, tomando como base os dados citados, deve-se observar como têm progredido as vidas dos autistas dentro da sociedade.

Na primeira edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM (1952) se foi usado o termo **“autismo”** que descrevia sintomas de esquizofrenia, somente vinte oito anos depois o autismo foi separado da esquizofrenia justificando que um dos requisitos para o diagnóstico seria não haver sintomas notáveis que sugerisse a presença dessa doença. O autismo foi relacionado com os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento assim como: Síndrome de Asperger, Autismo Infantil, Autismo Atípico, Transtorno Desintegrativo e Síndrome de Rett que eram coligados a déficits graves no desenvolvimento da linguagem ou ecolalia e inversão pronominal quando a linguagem está presente; interesses restritos, estereotipados; e dificuldades de flexionar rotinas (WHITMAN, 2015).

Em 2013 foi publicada a quinta edição, na qual o DSM uniu todos em uma classificação diagnóstica possível, o TEA ou PEA (Transtorno ou Perturbação do Espectro do Autismo). O TEA é um transtorno de neurodesenvolvimento, isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas áreas cerebrais respectivas das pessoas



acometidas por ele, são muitas as disfunções neurológicas encontradas em pessoas com Autismo (GAIATO, 2018, p. 41 e 42).

No DSM-5 os sintomas principais são aqueles que apontam para uma inadequada interação social, dificuldade de comunicação social e comportamentos repetitivos e interesses restritos. Como afirma Brites (2019, p. 71) “as pessoas com autismo podem ter interação, mas ela é inadequada, anormal, desperta a atenção dos outros e ocasiona prejuízos na vida social”. Isso nos leva a observar, por exemplo, as crianças quando não se interessam por coisas que outras crianças propõem como brinquedos ou brincadeiras, ou fazem uso inadequado do brinquedo que lhe é oferecido.

Os sintomas aparecem quando ainda são crianças, geralmente são manifestos antes dos três anos de idade, alguns desses sintomas de TEA existentes nas crianças costumam apresentar déficit na interação com os seus familiares e colegas. Vale ressaltar também que muitas crianças já nascem com sintomas autísticos e o diagnóstico precoce se faz necessário e deve ser feito antes dos 3 anos e identificado até mesmo antes dos 2 anos (BRITES, 2019, p. 77). Os autores ainda apresentam 12 sinais importantes para observação e diagnóstico antes dos 2 anos.

1. Pouco ou nenhum contato visual;
2. Indiferença ao colo dos pais ou preferência por ficar solto explorando coisas e objetos;
3. Não apresentar balbúcio até o sexto mês de vida;
4. Pouca ou nenhuma resposta ao estímulo dos outros à sua volta;
5. Irritabilidade freqüente;
6. Atraso na aquisição da aprendizagem de gestos sociais;
7. Problemas na fala com atraso e regressão;
8. Movimentos repetitivos e sem intenção social;
9. Pouca ou nenhuma intenção voluntária para brincar com outras crianças;
10. Brincar de maneira diferente (valoriza demais as partes dos brinquedos, tem mania de rodar e de enfileirar, não entende o simbolismo por detrás dos brinquedos);
11. Foco excessivo em detalhes/ formas/ cores das coisas; e
12. Desprazer ou sofrimentos durante atividades sociais corriqueiras (festas de aniversário e confraternizações, por exemplo) (BRITES, 2019, p. 78).

Para Whitman (2015, p. 57), as categorias gerais de características do TEA incluem dificuldades no processamento sensorial, na estimulação/ativação, na interação social e no comportamento; disfunção motora; deficiências cognitivas e com a linguagem; interesses, atividades e comportamentos repetitivos, restritos e estereotipados (autorregulação). Dentro da sociedade alguns padrões também são construídos, dentre esses temos os ‘não declarados’ que são os que definem como se é esperado que as pessoas atuem em convivência umas com as outras.



Esses sintomas costumam se tornar evidentes entre os primeiros anos de vida, quanto mais precoce for o diagnóstico melhor será para que o desenvolvimento da criança através de tratamento designado por profissionais qualificados proporcionem melhorias para as habilidades sociais e de comunicação (GAIATO, 2018, p.22).

Para diagnosticar qual o nível de Autismo de um paciente são utilizadas algumas escalas e testes que são válidos no Brasil, esses instrumentos auxiliam na identificação de comportamentos ou sintomas do transtorno apresentado. Mesmo que a utilização desses meios seja significativa no processo ainda não é suficiente para fazer diagnóstico. Brites (2019, p. 79) ressalta a importância de três caminhos para iniciar uma investigação, sendo eles:

- 1) Uma **escala de avaliação do desenvolvimento infantil** (por exemplo, o Questionário de Idades e Estágios (ASQ);
- 2) Uma **escala de triagem de autismo** (o M-CHAT, para crianças entre 18 e 36 meses de vida) ou o Questionário de Comunicação Social (o SCQ, para crianças acima de 4 anos);
- 3) Ter em mente os **10 sinais de risco para pensar na possibilidade de Autismo** numa criança (ou sinais simbolizados por bandeiras vermelhas, ou *red flags*, em inglês, para ficar em alerta).

Com relação às causas do Transtorno, Whitman (2015) apresenta teorias voltadas a fatores socioambientais, psicológicos e biológicos do Autismo, mas apesar de vários estudos sobre o desenvolvimento do Autismo, ainda não descobrimos uma causa ou conjunto de causas definitivo. Com o passar do tempo, foram realizadas pesquisas que visavam encontrar as origens do transtorno, chegando à conclusão de que os genes são a principal causa ligada ao surgimento dos sintomas que caracterizam o transtorno.

Esses estudos envolveram famílias para investigar as variações na constituição genética. Quando se analisou casos de monozigóticos (gêmeos idênticos) que compartilham o mesmo material genético, foi possível chegar ao ponto de que se um dos indivíduos possuir autismo a outra criança tem chances que variam entre 36% e 90% de que ela seja portadora do transtorno autista. Os mesmos testes foram realizados em dizigóticos (gêmeos não idênticos) se constatou que se uma das crianças for diagnosticada como autista a outra possui cerca de 10% a 30% de chance de também ser portador de TEA. Para crianças não gemelar que tem registros de casos de autismo em sua família fica com possibilidades de 10% a 20%(GAIATO,2018, p.61).

Quando falamos do Autismo, seu processo de diagnóstico e possíveis causas, nos deparamos com a instância família, afinal a participação da família na vida de crianças sejam



elas autistas ou não, possui um grande impacto em quem elas são e como interagem com a sociedade. Os pais não esperam receber a notícia de que seu filho está dentro do espectro e isso causa sentimentos distintos, como negação, raiva, culpa, sendo necessário uma rede de apoio para dar suporte a essa família, capaz de acompanhar e auxiliar nesse processo. São sentimentos esperados no momento de notícias impactantes como no caso do Autismo, alguns membros em primeiro momento podem argumentar em negação afirmando que “isso não é possível”, “meu filho não é autista”, “isso é só uma fase”. Uma outra reação que pode ser desencadeada é a fase da raiva, que pode surgir por falta de conhecimento sobre do que se trata o Autismo (GAIATO, 2018, p.52).

As estratégias de intervenção irão partir da análise do comportamento da criança, usando como meio escalas e checklists de onde é possível usar os marcadores para os períodos de desenvolvimento infantil. Para isso, se faz necessário um diagnóstico e o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar com profissionais que possam estimular as diversas áreas nas quais se houver necessidade. As análises devem ser realizadas pela família em parceria com profissionais competentes capacitados no assunto, os resultados obtidos com esse processo são testados e comparados até que se tenham uma avaliação do desempenho da criança e formas de intervenção e estimulação das habilidades que precisar ainda ser desenvolvidas.

As interações devem ser realizadas na escola, na casa e na clínica, os convívios precisam ser orientados onde os pais recebem encaminhamentos de profissionais especializados para que possa proporcionar continuidade aos estímulos, sendo a escola espaço de grande contribuição nesse processo. São utilizadas algumas práticas terapêuticas na intenção de fazer benefícios no desenvolvimento da criança, podemos citar algumas, como: Terapia fonoaudiológica (proporciona auxílio para o desenvolvimento da comunicação verbal ou não, de rotinas, de brincadeiras e de interações sociais); Terapia ocupacional (pode auxiliar na organização do sistema sensorial, trazendo melhorias para a interação da criança com estímulos ambientais. Trabalhando também para desenvolver autonomia e independência); e a Musicoterapia (com base em muitas pesquisas se foi comprovado o benefício que a música faz para a estimulação cognitiva), como cita Gaiato (2018, p. 85).

A escola é o principal ambiente social que a criança possui, passando várias horas do seu dia nesse local, sendo esse ambiente em que a criança estará em contato com outras pessoas da mesma faixa etária. E é por isso que existem alguns casos que são detectados na escola, pois os professores e outros profissionais que trabalham com crianças conseguem observar e perceber que entre seus alunos alguns apresentam características que precisam ser



investigadas, tendo em vista que o diagnóstico precoce trará mais eficácia ao desenvolvimento desse sujeito. Porém, não é tão simples fazer abordagem desse assunto com a família, como antes mencionado, por se tratar de um assunto que demanda conhecimento, equipe capacitada para tal diagnóstico e respaldo médico.

O professor, assim como, a família, tem papel importante no processo de aquisição da linguagem, ou métodos de comunicação alternativa e, principalmente, a socialização da criança com autismo, sempre buscando atendê-las em sua potencialidade. Portanto, tanto o programa educacional, como a abordagem terapêutica devem ser adequadas às necessidades individuais de cada criança com autismo é diferente da outra (FERREIRA, 2017, p.61).

Assim, é preciso compreender que a criança com TEA tem capacidades de aprendizagem, assim como qualquer outra, mas a realiza de forma diferente, o que não é uma coisa que o diferencie dos outros indivíduos, já que cada ser em particular aprende de sobre uma coisa de maneira diferente, a partir das dificuldades que cada criança apresenta é um desafio do professor entendê-las e ensinar utilizando-se disso. Quando o educador encontra o ponto forte das habilidades da criança autista ele pode usar isso a seu favor, ajudando a potencializar a aprendizagem e a socialização.

A perspectiva de uma educação inclusiva deve estar relacionada com uma concepção de ensino contemporâneo, pressupondo a igualdade de oportunidade e valorização das diferenças humanas, assim, contemplando todas as diversidades e para necessidades do educando, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, se não exceção (SOUZA, 2018, p.22).

Durante esse processo de Inclusão escolar, algumas mudanças devem ser realizadas para ajudar no desenvolvimento da criança dentro do ambiente educacional. Algumas mudanças podem ser citadas como aponta Carvalho (2018), tais como a adaptação de matérias, onde serão simplificadas as folhas, deixando evidente o objetivo da atividade, bem como a retirada de estímulos secundários para que não se torne distrações. Além disso, em sala de aula é ideal ter a criança próxima, o que torna mais fácil de interferir e chamar sua atenção de volta quando necessário, em alguns casos sendo preciso um professor de apoio escolar, previsto na legislação vigente já citada anteriormente.

Como aponta Gaiato (2018), algumas crianças dependendo do grau do TEA precisarão de ajuda para realizar as atividades necessárias em sala de aula, trazendo a figura do professor de apoio escolar, a fim de proporcionar melhores condições para essas crianças dentro do ambiente escolar e existem os Acompanhantes Terapêuticos (AT). Geralmente são profissionais ou estudantes de pedagogia e psicologia que recebem orientações da equipe de especialistas para saber como proceder. Esses ATs não podem substituir um professor, sua



função em sala de aula é voltada em auxiliar os professores no desenvolvimento de atividades comuns a turma, a série em que está incluída.

Outro recurso que pode ser adotado pela escola é a construção de um PEI – Programa de Educação Individualizado- é essencial para o educador, onde o mesmo encontrará direcionamento para o ensino do conteúdo curricular. A escola fica responsável pelo desenvolvimento do PEI em seu ambiente criando a partir das análises que devem ser realizadas sobre as habilidades existentes da criança (GAIATO, 2018, p.120)

A inclusão visa, assim de tudo promover a interação social, para que haja uma troca de saberes entre alunos deficientes e os demais. Por meio da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas é possível desenvolver na cultura escolar o respeito às diferenças e desta maneira colaborar para o combate ao preconceito, que é um dos motivos da exclusão tanto na escola quanto na sociedade (CARVALHO, 2018, p.19).

As melhorias que foram obtidas por leis que vêm sendo modificadas ao logo dos anos, nos quais são empenhados esforços para garantir um futuro melhor para a educação da criança e do adolescente e a especial. Mas ainda temos alguns desafios enfrentados por pessoas com TEA dentro da escola que giram em torno da inclusão, sendo ela direito desses cidadãos e dever da sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao analisarmos todo o processo de construção dos conceitos relacionados ao TEA e a inclusão escolar, percebemos que trata-se de um movimento que ocorre mundialmente e que se fortaleceu através de pesquisas e experiências registradas ao longo do tempo, a partir também de leis e diretrizes governamentais, que tem tido maior divulgação nas últimas décadas. No entanto, a inclusão escolar de crianças com TEA ainda se constitui como um desafio para os profissionais da educação, por fatores relacionados a estruturação, formação e possibilidades de intervenções específicas, pensando nos diagnósticos diferenciados, tendo em vista um espectro de diversas características existentes.

Nesse sentido, buscou-se analisar o que vem sendo estudado sobre a temática por meio de uma revisão de literatura, do vasto campo de pesquisa, a fim de compreender como conceitos estão sendo construídos. Para tanto, esse estado do conhecimento possibilitou o resgate de conceitos e apontamentos para a construção de uma inclusão escolar de crianças com TEA, além de esboçar um breve panorama dos principais temas que estão sendo investigados acerca da temática, levando em conta aspectos do ambiente escolar e familiar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, inferimos que essa análise dos estudos e referenciais desta revisão de literatura nos proporcionou um resgate acerca de fontes importantes desconhecidas sobre o desenvolvimento de conceitos relacionados ao TEA e o processo de inclusão escolar dessas crianças, além de nos apresentar um resumo de alguns dos principais temas que estão sendo investigados sobre a temática. Mesmo assim, vale ressaltar que ainda são poucas as pesquisas nessa área, principalmente envolvendo a relação família e escola, de maneira mais prática e com diálogo entre ambas, por isso, nosso desejo de ir a fundo na pesquisa que será desenvolvida a posteriori, partindo da escuta e da relação entre essas duas instâncias tão presentes na vida dessas crianças.

Cabe salientar que essa pesquisa é somente um recorte dos estudos já realizados sobre o transtorno, o processo de inclusão escolar e suas relações com o meio na qual se está inserido. Para futuras pesquisas, sugere-se que também sejam analisados dados empíricos, pautados na pesquisa de campo e resultados alcançados, na intenção de poder verificar, analisar, observar e testar a relação teoria e prática.

Finalmente, destaca-se pois que, ainda é perceptível a carência de estudos que contemplem a interação entre gestores, professores e pais no processo de inclusão escolar, para promover as mudanças necessárias na escola. Um diálogo aberto, que foque nas alternativas e possibilidades de intervenção, tendo em vista a necessidade de se compartilhar a realidade escolar, as práticas e as experiências vivenciadas, buscando incentivar mais pesquisas na área e favorecendo o debate de ideias voltadas ao desenvolvimento do sujeito como um todo.

## REFERÊNCIAS

American Psychiatry Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

BRANCO, Isabel Castelo. **O papel do Acompanhante Terapêutico**. Holiste, 2015. Disponível em: <<https://holiste.com.br/o-papel-acompanhante-terapeutico/>> acesso em: 04 de jun. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Secretaria de Direitos Humanos. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)> Acesso em: 04 de jun. de 2020.

BRASIL, 2015. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 04 de jun. de 2020.

BRITES, Luciana e Clay. **Mentes únicas.** São Paulo: Editora Gente, 2019.

CARVALHO, Elaine Cristina dos Santos. **Inclusão Escolar: Autismo.** 28p. Trabalho de conclusão de curso (TCC) Faculdade Anhanguera. Osasco. 2018.

FERRARI, Pierre. **Autismo infantil: O que é e como tratar.** São Paulo: Paulinas, 2007.

FERREIRA, Roberta Flávia Alves. **Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: os desafios da formação de professoras.** 161p. Dissertação (pós-graduação)-Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017.

GAIATO, Mayra. **S.O.S. autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista.** São Paulo: nVersos, 2018.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUZA, Emilaine Cristiane do Nascimento. **A Inclusão da Criança com Transtorno do Espectro Autista, na Educação Infantil.** 54p. Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC) Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2018.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do Autismo.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2019.

WHTIMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo.** São Paulo: M. Book do Brasil Editora Ltda., 2015.